

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo quarto dia do mês de junho de dois mil e quinze, às oito horas e trinta minutos, no SEP/Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 15ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): SÉRGIO AUGUSTO DE MENDONÇA RIBEIRO (SEMA); FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR (SEMA); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); ERNANI ESPÍRITO SANTO (SEAGRI); POLLIANA CARVALHO BARROS NASCIMENTO (SSP); KENNYA MARA OLIVEIRA RAMOS (SECTI); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); DIÓGENES MORTARI (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); LUIZ EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES (IBAMA/SUPES); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UNB); LUIZ FERNANDO KITAJIMA (UCB); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM DAS ONGs). Participaram como convidados: Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (SECTI), Walder Suriani (SINESP), Ana Cláudia Campos da Silva (SES); Jorge Arthur (SURSA/SEMA), Maria Sílvia Rossi (SUPLAN/SEMA), Irene Custódia Magalhães Mesquita (SUAC/SEMA), Vandete Inês Maldaner (IBRAM), Tereza Cristina E. de Oliveira (SUAC/SEMA), Ludmyla Castro e Moura (SUPLAN/SEMA), Wilde Cardoso (ABES). Justificaram ausência: CEB, EMBRAPA, ÚNICA/DF. Participaram como convidados: Walder Suriani (SINESP), Ana Cláudia Campos da Silva (SES); Jorge Arthur (SURSA/SEMA), Maria Sílvia Rossi (SUPLAN/SEMA), Irene Custódia Magalhães Mesquita (SUAC/SEMA), Vandete Inês Maldaner (IBRAM), Tereza Cristina E. de Oliveira (SUAC/SEMA), Ludmyla Castro e Moura (SUPLAN/SEMA), Wilde Cardoso (ABES). Justificaram ausência: CEB, EMBRAPA, ÚNICA/DF. O presidente abriu a reunião cumprimentando a todos. Consultou o conselho sobre a inversão de pauta e iniciou a reunião com o **item 2** da pauta para aproveitar a presença do Secretário Paulo Salles da SECTI que, juntamente com o conselheiro Diógenes da ADASA, farão um relato sobre o 7º Fórum Mundial de Águas/Coreia, como forma de embasar as discussões para o Fórum de 2018/Brasília. O conselheiro Diógenes informou que a ANA, a ADASA, e o MMA já acompanham o evento há muito tempo. Sob o comando da ANA, há dois anos, estas instituições começaram a trabalhar para trazer o fórum pro Brasil. No Fórum Mundial da Coreia o GDF foi representado pelo Secretário Paulo Salles/SECTI e a pela Presidente da Câmara Distrital, Celina Leão, os quais trabalham intensamente para que o Fórum de 2018 seja realizado em Brasília/DF. Ainda não existe uma decisão final, visto que isto demanda de ajustes entre o GDF e a União e o Comitê organizador do Fórum, contudo, está em negociação. PAULO SALLES/SECTI, lembrou que o Fórum da Coreia reuniu mais de 40.000 pessoas, com participação de 168 países e a presença de nove chefes de Estado, 80 Ministros, 100 países representados por delegações oficiais, mais de 400 sessões de apresentação de trabalho, discussões e alguns acordos internacionais que foram assinados durante o evento, é com magnitude de complexidade que iremos trabalhar, caso Brasília consolide-se como sede do Fórum de 2018. É muito importante esse evento pelo fato de a agenda água está no topo dos debates mundiais. O

Folha Nº 72

Processo Nº 393000062/2015

Rubrica André de Lima

15ª Reunião Ordinária – CRH/DF

KhOR

2

AB

Shirley

Q

2

Fórum se estrutura em três frentes de trabalho: ministerial (autoridades em nível de chefes de Estado), parlamentar (representantes de legislativo), autoridades locais e regionais (governadores e prefeitos). Cada segmento discute o problema, propõe soluções no âmbito de suas competências. O fórum do cidadão permite a participação direta da sociedade. É uma experiência muito importante mas que precisa ser aprimorada. Foram definidos quatro grandes temas: 1 - Segurança hídrica para todos. 2 - Água para o desenvolvimento e a prosperidade. 3 - Água para sustentabilidade harmonizando homem e natureza. 4 - Construindo mecanismos de implementação da gestão integrada de recursos hídricos. Sob esses temas desenvolveram-se debates e se apontaram soluções ao redor do mundo. A ciência e tecnologia esteve presente em todos os debates no Fórum Mundial de Água na Coreia como fator preponderante para a gestão eficiente da água em seus respectivos ecossistemas. O Mapa do Caminho para Brasília deixou quatro grandes documentos: 1 - Financiamento de infraestrutura. 2 - Segurança hídrica alimentar. 3 - Crescimento verde. 4 - Gestão integrada de recursos hídricos. O Conselho Mundial da Água, o MMA e o GDF assinaram um documento onde constam um delineamento preliminar do Fórum de Brasília. A definição do Fórum de Brasília vem de uma proposta da delegação brasileira, desenvolvida com base na Lei Nacional das Águas, nº 9.433 que estabelece o princípio de compartilhamento, de centralização e participação de todos os interessados, razão pela qual o tema principal "Compartilhando Água". A organização do Fórum é uma das grandes dificuldades: temos o Conselho Mundial da Água, o Comitê Nacional, formado por quantas pessoas forem necessárias. O Conselho Mundial da Água tem a sede em Marselha, não tem CNPJ, é formado por 55 membros e sessões de cada país associado ao conselho, e 35 governadores de quatro setores: governo, sociedade civil, instituição de pesquisa e empresas e um representante de cada país por setor. O Benedito Braga/USP, é o presidente do Conselho Mundial da Água. O Conselho Organizador Nacional já definiu os membros brasileiros do Conselho Mundial da Água e envolveu empresas privadas, instituições públicas, Governo do Distrito Federal, ADASA, UnB e ONGs. O Conselho Mundial e o Comitê Organizador cada um vai indicar 10 pessoas para compor o Comitê Diretivo Internacional formado por 20 pessoas. E este comitê será a governança principal do Fórum Mundial. Em Brasília nosso maior interesse é a Secretaria Executiva porque vai ficar situada aqui. E naturalmente temos a parte logística e de mobilização que também compõem a governança do evento. A Secretaria de Educação certamente terá uma grande contribuição a dar, a de Cultura já se manifestou interessada, ADASA e CAESB são parceiras de primeira hora, a SEMA vai ter um protagonismo muito grande não resta dúvida, a Secretaria de Ciência e Tecnologia também, enfim vamos fazer uma grande discussão e ver como vamos encaminhar isso. E finalmente em termos de mobilização eu gostaria de mencionar um Projeto Chamado Rumo à Brasília, de iniciativa das empresas privadas que são parceiras do Conselho Mundial da Água, pelo lado do Brasil, e que vão produzir vários eventos de mobilização com foco na sociedade. E essas discussões sobre a questão das águas naquela região local e uma declaração que vai ser juntada as outras no final durante o evento do Fórum Mundial da Água. Também uma série de atrações culturais evocando o máximo que puder o tema água no sentido de sensibilizar a população para a importância dos cuidados com a água. O presidente André Lima perguntou ao Secretário Paulo Sales como ele via a participação deste Conselho de Recursos Hídricos nesse processo, porque nós temos assuntos concretos a mostrar temos também um componente importante de mobilização, estamos prevendo a Conferência Distrital de Água em 2017, que é um processo que pode ajudar a fazer a mobilização. O Secretário respondeu que esse conselho é protagonista importante se realmente assumir compromisso. Seu entendimento é que se crie um grupo de acompanhamento para manter este conselho informado a cada reunião

Folha Nº 73

Processo Nº 3930000062/2015

Rubrica IMP 2579711

15ª Reunião Ordinária – CRH/DF

Handwritten signatures and initials on the right margin, including "KMR", "L.", "P.", and "A.".

e fazer o trabalho do conselho chegar ao Fórum. Podemos aproveitar essa oportunidade para repaginar a questão da água no Brasil. Esse conselho deve ser proativo e se organizar para mudar aquilo que precisa ser mudado, implementar as leis que precisam ser implementadas, implantar o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE é um bom exemplo, que o conselho assuma de fato o ZEE; a legislação de recursos hídricos, a revisão do planos, essas coisas todas que são tarefas do conselho. O conselho pode oferecer uma contribuição significativa no que apresentar para o país e para o mundo, para isto, é preciso assumir a liderança nesse processo. O presidente agradeceu a participação do Secretário Paulo Salles e do representante da ADASA, Diógenes, bem como, a Subsecretária da SEMA, Maria Silvia, pelas suas ações no ZEE. Lembrou que a base hidrográfica comum, o ZEE, o Atlas Ambiental Sócioeconômico, todos envolvem a questão da água e são temas que ainda precisam ser debatidos. Seria interessante, por exemplo, pensarmos no atlas de água do DF, fórum para criança, etc. Tem muita coisa que a gente faz que não é mostrado então a gente tem que mostrar o que faz e mais do que isso, fazer para mostrar. O presidente prosseguiu com o **item 1 da pauta** - leitura, votação e assinatura da Ata da 14ª Reunião Ordinária e da 16ª Reunião Extraordinária do CRH/DF, sugeriu que a ATA da 16ª Reunião Extraordinária ficasse para apreciação na próxima reunião extraordinária. Assim foi aprovada e assinada a ATA da 14ª Reunião Ordinária. A seguir o presidente passou a palavra ao Subsecretário de Água e Clima, Sr. Sérgio Ribeiro, que trará informações a respeito do PPA Água. O subsecretário informou que as reuniões do GT PPA Água teve início em abril, até agora foram quatro encontros, envolvendo treze instituições, três secretarias vinculadas, SEMA, SEGETH, SEAGRI, ADASA, CAESB, SINESP, SETUR, IBRAM, NOVACAP, SEPLAG, TRÊS COMITÊS DE BACIAS/DF. Essas instituições tinham como objetivo definir a gestão de investimentos em recursos hídricos no DF. Os trabalhos também observaram a realização do Fórum Mundial de 2018, que acontecerá em Brasília. Sob a normatização do PPA Água 2016 - 2018, fornecida pela SEPLAG este GT tentou responder as seguintes questões: o que é possível, de que forma, e partir disso na quarta reunião, dia 21 de maio, por estar estrando no circuito da execução do PPA Água eles solicitaram que o GT suspendesse suas atividades por um período porque todas as secretarias estavam dedicadas a questão do PPA ÁGUA e uma retomada no dia 16 de julho, porque agora as secretarias estão enviando para SEPLAG os seus planejamentos e a SEPLAG precisa de um período para digerir esse material e passar para a próxima etapa desse acompanhamento de investimento de água nesse PPA 2016 - 2019. Um avanço significativo do GT foi a inclusão no formulário da SEPLAG, das ações orçamentárias no PPA 2016 – 2019. No item 16 tem pesquisa tema água, onde a gente pergunta: O orçamento que está sendo designado para essa atividade tem impacto em água? (sim e não). Caso sim, estabeleça o tipo de impacto na quantidade de água ou na qualidade dos recursos hídricos. Isso nos permitirá fazer alguns filtros. A seguir a SEPLAG fará a consolidação do documento e depois ainda poderemos fazer recortes e filtros sem precedentes na gestão hídrica de Brasília e do Brasil, com recorte temático em PPA. Outro destaque que vale a pena colocar é a questão da localização. Chamamos a Subsecretaria de Planejamento e Monitoramento Ambiental da SEMA e ela apresentou uma proposição ao GT que foi bem recepcionada por este grupo, no sentido de pedir que as Secretarias e vinculadas colocassem essa questão da localização. Por quê? Porque a partir da localização desses projetos a gente vai poder fazer um casamento com ZEE, ou seja se você coloca um endereço ali você tem como depois fazer um rebatimento disso dentro do ZEE com as quarenta e uma unidades hidrográficas, agente começa a ter além de valores, impactos em quantidade e qualidade, e ainda, saber onde isso está acontecendo no território do DF. Sabemos que a decisão política cabe às instâncias políticas, mas este conselho pode sinalizar claramente

Folha Nº

74

Processo Nº

3913000062/2015

Rubrica

2679111

15ª Reunião Ordinária – CRH/DF

o seu posicionamento estratégico para a gestão eficiente de água no DF. Em suma, estes foram os pontos trabalhados por este GT até o momento, e nós retomaremos as atividades em dezesseis de julho. Estamos propondo a postergação do GT até dezembro de 2015, para o monitoramento do trabalho por ele realizado. A o que foi aprovado pelo conselho. Prosseguiu-se com o **item 3** da pauta - Análise da proposta de criação de Câmara Técnica Permanente de Assessoramento para acompanhamento e controle social de saneamento no Distrito Federal. O presidente da reunião expôs que, em conversa com a secretaria de infraestrutura e obras tomou conhecimento de que a SINESP almejava criar um conselho para tratar das questões de saneamento no DF. Como os sistemas estão muito imbricados e as questões de saneamento muito próximas às de RH, e o PGIRH trás um capítulo inteiro voltado para o tema saneamento, criar um conselho específico para tratar das questões de saneamento, e depois essas questões precisarem passar pela avaliação do CRH, então, a conversa nos levou ao entendimento de que fosse criado, no âmbito do CRH, uma CTPA para acompanhamento e controle social de saneamento no Distrito Federal. Esta se encarregará de fazer uma análise da legislação pertinente ao CRH/DF e àquelas relacionadas ao saneamento e apresentar uma proposta de ajuste da legislação regimental do CRH, no sentido de dotar este conselho da composição, competência e atribuições necessárias para o acompanhamento e controle social de saneamento no Distrito Federal, para que esta integração aconteça da forma mais harmônica possível. O presidente passou a palavra ao subsecretário de projetos da SINESP, Walder Suriani, para breve apresentação sobre o histórico do saneamento no DF e a proposta dessa instituição e da ABES/DF sobre a questão. Informou o conselheiro que até 2007, saneamento básico era entendido como água e esgoto. A partir daí Lei 11.447/07 entende-se que o saneamento engloba os serviços de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Nesse mesmo momento foi preconizada a necessidade do controle social do saneamento e que este deverá ser exercido no planejamento do serviço. O Decreto 7.217/10, determina que o controle social deverá ser feito na gestão do serviço e, ainda, que os Estados e Municípios que desejassem ter acesso ao recurso financeiro federal deveriam estabelecer o controle social. Também permitiu que conselhos assemelhados existentes pudessem ser adaptados para o controle social. A sugestão da SINESP/ABES/DF é que este conselho seja formado pelos titulares dos serviços de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos, pelos órgãos governamentais relacionados ao saneamento básico, os prestadores de serviço de saneamento básico, entidades técnicas de organização da sociedade relacionada ao saneamento e entidades de defesa do consumidor ligadas ao saneamento básico. E ainda, que seja criado um grupo de trabalho na CTPA do CRH, para propor as alterações necessárias na Lei 2.725/2001, para transformar o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos em Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e de Saneamento Básico do Distrito Federal, bem como, o Conselho de Recursos Hídricos em Conselho de Recursos Hídricos e Saneamento Básico do Distrito Federal - CRHSB/DF. Outra atribuição deste GT seria as correspondentes adequações do RI do CRH/DF, de modo que estas alterações propostas permitam que o CRHSB/DF desempenhem, como órgão colegiado, as funções e as competências relacionadas ao controle social dos serviços públicos de saneamento definidas no art. 47 da Lei 11.445/07. Os trabalhos aqui propostos devem ser concluídos no prazo de 30 dias, e apresentados ao presidente do CRH/DF, na forma de minutas de projeto de Lei e de Decretos que altera os RI, acompanhadas das suas respectivas justificativas e exposição de motivos. A SINESP também propõe a composição do GT, assim definidas: SEMA, SINESP, SES, SECTI, IBRAM, ADASA, CAESB, EMBRAPA, UNICA, FECOMÉRCIO, FIBRA, CBH/Paranoá, ABES e UnB. Finalizada a apresentação o presidente sugeriu que mantivesse o proposto como objetivo para o GT, mas que se

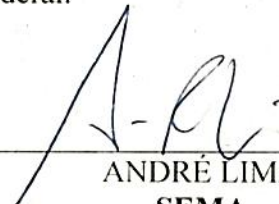
Folha Nº 75

Processo Nº 393000062/2015

Rubrica deu 2679714

15ª Reunião Ordinária - CRH/DF

trabalhasse com a proposta inicial de criação da Câmara Técnica Permanente e não de GT e que se excluísse a determinação do prazo de 30 dias para a conclusão dos trabalhos. O conselheiro Diógenes/ADASA manifestou a opinião de que é contrário à criação de CT para o controle social do saneamento, visto que enquanto a lei não for alterada este conselho não é competente para tratar da matéria e concorda com a proposta de criação de GT, tão logo seja concluído os trabalhos de reformulação da Lei, poderá ser criada a CTPA para este fim. O presidente esclareceu que o conselheiro Montenegro/ABES/DF, que elaborou a proposta aqui estudada, analisou exaustivamente a legislação pertinente ao assunto e concluíram que: para o exercício do controle social, tão somente, enquanto conselho consultivo, não é necessário ajustes na legislação, contudo, esta opinião também será objeto de estudo desta CT. Se este conselho se propõe à outras competências (saneamento) para além do controle social, então, é necessário proceder ajustes na legislação. Este entendimento é que nos trouxe a este debate. Também é o nosso entendimento que esta Câmara Técnica já opere como instância de controle social das ações de saneamento como prevê a legislação. O conselheiro Wilder/ABES/DF é favorável a criação de CT com definição de prazo de 30 dias para a conclusão dos trabalhos e composição de membros. O presidente da reunião voltou a manifestar a o interesse em criar CT e dar a ela a competência de instância de controle social e promover o estudo da Lei para este conselho assumir outras competências associadas à política de saneamento. A conselheira Raquel Brostel/CAESB manifestou opinião favorável à criação de CT, em caráter temporário, e que, após conclusão dos trabalhos seja revista sua composição e temporalidade. A conselheira Ana Paula/FIBRA. Finalizadas as considerações o presidente da reunião submeteu à votação a seguinte proposta: criação da Câmara Técnica de saneamento básico, em caráter temporário, com as seguintes atribuições: o exercício de controle social, em acordo com o Art. 47 da Lei 11.445/07. 2- Promover um estudo quanto a pertinência, oportunidade e adequação da legislação pertinente ao Sistema de Recursos Hídricos do Distrito Federal, ao Saneamento Básico do Distrito Federal (Lei 2.725/01, Lei 11.445/07, Decreto 7.217/07, Decreto 30.183/09 e demais legislações correlatas) para o exercício, por este conselho, de outras atribuições relativas à política de saneamento. A composição da CT será: SEMA/SINESP/SES/IBRAM/ADASA/CAESB/ÚNICA/ABES/SRDF. A SEAGRI fica como instituição suplente. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo conselho. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A presente ATA será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.



ANDRÉ LIMA
SEMA

SÉRGIO AUGUSTO DE M. RIBEIRO
SEMA

FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR
SEMA

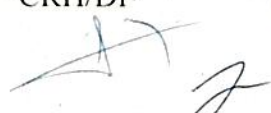
Folha Nº 76
Processo Nº 3913000062/2015
Rubrica: 2679114

15ª Reunião Ordinária – CRH/DF

RHOR

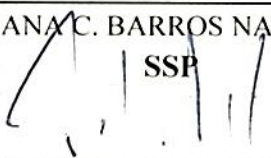
L. 



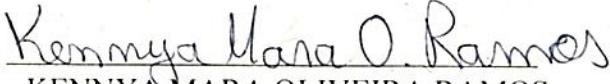



ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE
SEGETH

ERNANI ESPÍRITO SANTO
SEAGRI


POLLIANA C. BARROS NASCIMENTO

SSP

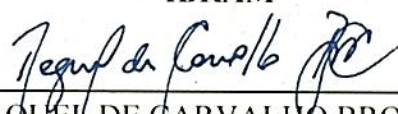

KENNYA MARA OLIVEIRA RAMOS

SECTI

RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA

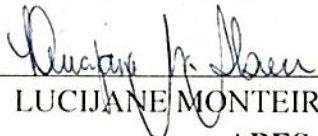

LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
IBRAM

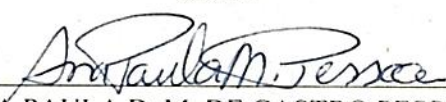
DIÓGENES MORTARI
ADASA


RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB

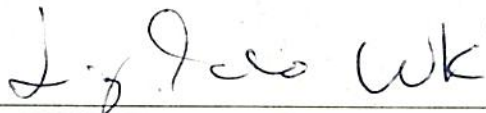
LUIZ EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES
IBAMA/SUPES

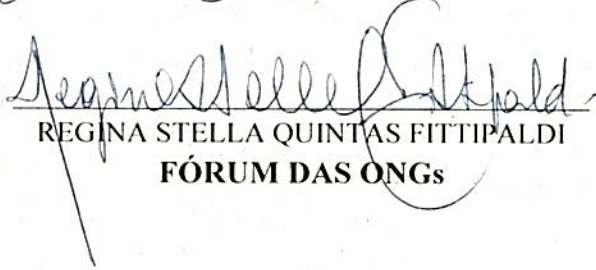

FRANCISCO ALVES RIBEIRO
SRDF


LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU
ABES


ANA PAULA D. M. DE CASTRO PESSOA
FIBRA


JOSE FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR
UNB


LUIZ FERNANDO KITAJIMA
UCB


REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI
FÓRUM DAS ONGs

Folha Nº 77
Processo Nº 393000062/2015
Rubrica UNO 2679711